

O TEMPO DA DEVASTAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

EM *MAD MARIA*, DE MÁRCIO SOUZA

Simão Farias Almeida¹

Resumo: A natureza na era do Antropoceno possui marcas temporais de experiências humanas e não humanas. Segundo Enrique Leff (2009, p.317), temporalidades diferenciadas e articuladas de processos geográficos, ecológicos, econômicos, tecnológicos, políticos e culturais estão sobrepostas nas unidades ambientais. Philip Fearnside (2003, p.45-47; p.55) aponta o registro, nos anos 1980 e 1990, de emissões de gases causadas por desmatamentos e de estoques de carbono produzidos por tentativas de conservação de diferentes décadas na Amazônia. As fontes econômicas do capitalismo tardio, a produção dos recursos naturais pela natureza e pelo homem, a destruição e regeneração dos ecossistemas coexistem na floresta amazônica em áreas desmatadas, de mata fechada, de culturas tradicionais e de criação agropecuária. A Ecocrítica tem o papel de denunciar ações concretas e simbólicas contra os espaços naturais. De acordo com Greg Garrard (2006, p.105-106), o discurso ecocrítico é hábil em desenvolver uma retórica mais eficaz de transformação e amenização da devastação da natureza. A literatura possui recursos estilísticos próprios por meio dos quais representa causas e consequências de comportamentos humanos como os problemas e as crises ambientais em décadas e séculos diversos. Paul Ricouer defende que o tempo no romance se torna uma experiência humana articulada de modo narrativo (RICOUER, 2010, p.9) e não linear (RICOUER, 2010, p.324). Esta experiência pode envolver a relação de preservação ou de violência do narrador e dos personagens com os espaços naturais. Partindo dos pressupostos teóricos de Paul Ricouer e Greg Garrard acerca das representações do tempo e do meio ambiente na literatura, apontaremos as marcas de interferências antropogênicas na natureza, no romance **Mad Maria** (2002) de Márcio Souza sobre os impactos da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, no estado de Rondônia, no início do século XX. O discurso do

¹ Líder do Grupo de pesquisa Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima (CNPq/UFRR). Apresentou trabalhos científicos sobre jornalismo e cinema ambiental no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. Autor de *Ecocrítica da cartografia metafórico-interpretativa na não ficção de mudanças climáticas, clima e danos ambientais* (2017), *Jornalismo ambiental em formato livro* (2014), organizador e autor do livro *Mídia, informação e meio ambiente* (2016) e dos livros de ficção ambiental *Ode de Ana Maria* (2016) e *Memória de voos rasos e gravidades* (2016). Publicou artigo (2016) sobre a crise de representação ambiental no jornalismo brasileiro em livro de editora norte-americana. Contato: simon-jp@hotmail.com.

narrador denuncia que a devastação da floresta afeta a formação linear dos ecossistemas e provoca a destruição do próprio homem. Assim, a crise ambiental na Amazônia é também uma crise humana.

Palavras-chave: Antropoceno, temporalidades diferenciadas, tempo no romance, crise ambiental, crise humana.

Abstract: The present article discusses the representations of the environmental crisis in the novel *Mad Maria* by Marcio de Sousa. The event takes place in the first decades of the twentieth century. As most important theme in the novel nature's degradation also affects human lives.

Key words: Anthropocene, different temporalities, time in the novel, environmental crisis, human crisis.

A natureza é vítima de ações e interferências humanas geralmente destrutivas há séculos. A Era do Antropoceno caracteriza-se pelas marcas temporais, sucessivas e gradativas deixadas por essas experiências no meio ambiente; nela, podemos identificar o estado de policrise nos termos de Edgar Morin: “a crise da antroposfera e a crise da biosfera remetem-se uma à outra, como se remetem uma à outra as crises do passado, do presente, do futuro” (MORIN, 2003, p.94). Assim, as crises humanas e ambientais interferem na história do planeta, da geofísica de seus ecossistemas e das sociedades. Segundo Enrique Leff (2009, p.317), as temporalidades diferenciadas dos processos geográficos, ecológicos, econômicos, tecnológicos, políticos e culturais, entre eles, a produção e circulação do capital e dos ciclos de matéria, energia e regeneração dos recursos naturais se articulam em múltiplos níveis. Os tempos de evolução biológica e de apropriação cultural podem coexistir de forma compatível ou problemática, caso da soma ou sutura de projetos de culturas agrárias, expansão e recuo da biomassa e modernidade tardia na Amazônia no século XX. Esse atraso em relação aos grandes centros mundiais do capital caracterizava-se pela reorganização acelerada do capital na sociedade brasileira forjada diante das paisagens consideradas exóticas (BECKER, 1991, p.8).

De acordo com Evaristo de Miranda (2007, p.40-41), a chegada dos humanos na região amazônica há mais de 11 mil anos fez seu espaço natural ser objeto de uso, controle e exploração, modelando suas paisagens e afetando o ambiente até a atualidade. Esses processos instituem seu tempo não linear num espaço diversificado pelas interferências

históricas (MIRANDA, 2007, p.103), entre elas dos modelos econômicos tardios. É o caso do projeto de Henry Ford de extração da borracha na Amazônia para sua indústria automobilística, entre os anos 1930 e 1940, engendrado no idealismo de resolver problemas sociais através da eficiência industrial sem considerar aspectos geográficos e culturais locais (GRANDIM, 2010, p.353-354). Ele fracassou, portanto, não somente pelo declínio da borracha. Para Francisco Hardman (2005, p.27), o projeto da ferrovia Madeira-Mamoré exemplifica que tanto quanto a metrópole, a selva era espaço da “vertigem fantasmagórica do homem moderno” comum nos centros urbanos e às periferias. Suas especificidades eram as experiências de “deslocamento perene, o corte de raízes” e “a navegação à deriva”, provando as dificuldades com o ecossistema desconhecido e o poder destrutivo do homem, além de atestar que o tempo da natureza se distingue do tempo humano tendo em vista a rapidez dos processos industriais intervencionistas.

A floresta amazônica sempre sofreu os impactos da ocupação humana, industrial e agropecuária, cujas consequências de queimadas e desmatamentos são perda de biomassa e de estoques de carbono para transformação em oxigênio e emissão necessários à preservação da vida de seres humanos, não humanos e do planeta. Philip Fearnside aponta as diferentes marcas temporais das ações do homem e da regeneração natural como a coexistência de acúmulo de gases liberados pelas queimadas antigas e a recuperação total da biomassa (FEARNSIDE, 2003, p.45-46). Outro exemplo apresentado pelo autor são as diferentes emissões de gases poluentes sobrepostas na atmosfera: emissões “prontas” do mesmo ano do desmatamento, “atrasadas” que entram na atmosfera em anos futuros e “herdadas” de anos anteriores à intervenção destrutiva (FEARNSIDE, 2003, p.47). Os estoques e liberação de gás carbônico de diferentes épocas provenientes de pastagens em camadas superficiais e profundas do solo também ilustram as distintas temporalidades de processos econômicos e ecológicos na Amazônia (FEARNSIDE, 2003, p.55).

Fearnside (2003, p.105) destaca que o tempo da e na natureza tem valor quando pensamos em problemas como o aquecimento global e suas consequências, a exemplo das secas, inundações e de outros desastres. Daí ser legítimo levar em conta os aspectos temporais com o intuito de tomar decisões diante de um conjunto de considerações a respeito da importância dada pela geração atual em relação às gerações futuras (FEARNSIDE, 2003, p.95). Para Philip Fearnside, os projetos de estoque de carbono para emissão de oxigênio requerem decisões morais em torno do tempo humano e não humano (FEARNSIDE, 2003, p.95). Neste sentido, a relação do homem com as temporalidades da e na floresta deve passar

por uma ética ambiental. As camadas sobrepostas da presença social e da formação dos micros e macroecossistemas estão intercaladas, assim não devemos isolar processos sociológicos e naturais.

O físico ítalo-brasileiro Ennio Candotti, ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e atual diretor do Museu da Amazônia, durante a palestra **Amazônia: a floresta e a memória** proferida na Universidade Federal de Roraima tratou da coexistência de fatos antigos e recentes no meio ambiente. Quando questionado por nós se, mesmo na era do Antropoceno quando o homem destrói os espaços naturais, é possível encontrar neles vários tempos, ele afirmou: “Apesar das cinzas não conservarem a memória, ela se regenera e há uma diversidade de experiências da natureza e do homem na natureza” (informação verbal)². As crises da antroposfera e da biosfera, do presente, passado e futuro, enumeradas por Edgar Morin, permeiam este discurso de preocupação ecológica porque não é possível restaurar toda história natural prejudicada pela violência contra os ecossistemas. O sentido metafórico (“cinzas não conservam a memória”) e a constatação de uma realidade temporal não linear atestam que podemos compreender o fator tempo no planeta de modo subjetivo e factual. O desmatamento, nesse sentido, pode ser um acontecimento transmitido por um canal de televisão e denunciado esteticamente em narrativas literárias tendo a realidade como referência.

A Ecocrítica contribui nesse debate ao considerar a subjetividade na e da natureza, não apartada de fatos cotidianos e naturais. Seus pressupostos teóricos são necessários quando pensamos nas representações literárias das relações entre sociedade e meio ambiente. Segundo Greg Garrard (2006, p.29), “confrontar a aglomeração vasta, complexa e multifacetada das crises ecológicas com os instrumentos aparentemente frágeis da análise da cultura deve ser visto pelos ecocríticos como uma necessidade moral e política”. Deste modo, esta vertente de crítica literária analisa crises advindas de diferentes causas convergentes entre si. A perspectiva ecocrítica pós-colonial avança no paradigma das funções social e política da estética com propósitos ambientais ao alertar diretrizes a respeito da transformação material do planeta:

² CANDOTTI, Ennio. Conferência Amazônia: a floresta e a memória. Seminário de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, 10 de novembro de 2017, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista-RR.

After the postcolonial and eco/environmental writing, even if it is directed toward specific goals (e.g. the desire to protect wilderness, or to promote the rights of abused animals and/or peoples), is always likely to transcend its categorisation as “protest literature”, while not even in its most direct forms is it a transparent document of exploitation or a propagandist blueprint for the liberation of the oppressed. Accordingly, postcolonial ecocriticism preserves the aesthetic function of the literary text while drawing attention to its social and political usefulness, its capacity to set out symbolic guidelines for the material transformation of the world (HUGGAN; TIFFIN, 2010, p.14).

Graham Huggan e Hellen Tiffin (2010, p.12) destacam as alianças dos estudos pós-coloniais e da ecocrítica com a intenção de legitimar as políticas culturais de representação e, mais especificamente, os processos de mediação das mudanças nas relações entre as pessoas, os animais e os vegetais. Pensar a partir de um propósito anti-colonial adverso à opressão é engajar-se em ações sociais e ecológicas por meio da imaginação literária. De que forma a ecocrítica analisa o tempo da natureza e o tempo da presença humana? Rob Nixon contribui com a vertente ecocrítica pós-colonial nas discussões acerca do tempo da devastação ambiental em romances do hemisfério Sul. Ele a nomeia de “violência lenta”, raramente vista como violência, contra os pobres e o meio ambiente dispersa no tempo e no espaço: “‘Slow violence’ occurs gradually and out of sight, a violence of delayed destruction that is dispersed across time and space, an attritional violence that is typically not viewed as violence at all” (NIXON, 2013, p.2). Todavia, devemos evitar considerar essas experiências temporais como lineares.

O viés fenomenológico de Paul Ricouer também pode contribuir em relação ao tempo na literatura. No primeiro volume **A intriga e a narrativa histórica** da série **Tempo e narrativa**, Ricouer (2010, p.9) afirma que “O mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal” e “o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal”. No mundo projetado pela literatura, os personagens realizam uma experiência de tempo fictícia e tendo o mundo como horizonte, conforme aponta no segundo volume **A configuração do tempo na narrativa de ficção** (RICOUER, 2010, p.129). Já no terceiro e último volume **O tempo narrado**, esclarece: “Uma das funções da ficção é precisamente detectar e explorar algumas dessas significações temporais que a vivência cotidiana nivela e oblitera” e a narrativa sempre é narrada em um passado fictício (RICOUER, 2010, p.324-325). Mas ele mesmo indica, baseado na fenomenologia da experiência temporal, os múltiplos aspectos não lineares das noções de tempo e de passado, incidindo também no presente e no futuro (RICOUER, 2010, p.324-325).

Desta maneira, segundo Paul Ricouer, o tempo no romance é do personagem em representações fluidas de um passado fictício que tem relação factual com o passado, presente e porvir do mundo.

Partindo dessa premissa podemos compreender no romance as experiências não lineares de personagens humanos e não humanos, nas quais o passado ficcional aponta cartografias ambientais ao presente e ao futuro, e vice-versa. Vamos analisar essas representações no romance **Mad Maria** (2002) de Márcio Souza sobre os efeitos da construção da ferrovia Madeira-Mamoré em Rondônia no início do século XX. Os impactos apontados pela narrativa foram ecológicos e na vida dos trabalhadores brasileiros e estrangeiros acometidos por condições subumanas de trabalho e higiene, doenças causadas por mosquitos (caso da febre amarela) devido ao seu habitat ter sido destruído, violência e morte. O discurso do narrador hierarquiza sua visão dos fatos em relação a dos personagens, guiando o leitor nos espaços e nas temporalidades da destruição e de suas consequências sociais. Também há indícios no romance de fatos e de tentativas da floresta em preservar a biomassa de seus microecossistemas. Analisaremos as divergências e as confluências dos distintos tempos ambientais e humanos no contexto retratado na narrativa.

Coexistindo com relatos de pragas naturais gravitando (SOUZA, 2005, p.13), do calor (SOUZA, 2005, p.13) e da “violência” das águas (SOUZA, 2005, p.15) dificultando qualquer esforço de se sobrepôr às forças naturais, há discursos problemáticos sobre um passado da Amazônia perdido no tempo. Os efeitos da interferência da construção da ferrovia são apresentados como análogos a fenômenos antigos da floresta através do verbo no pretérito imperfeito forjando a duração da ação até o passado recente da trama narrativa: “A bruma e o vapor **transformavam** tudo numa ilustração de paisagem pré-histórica” (SOUZA, 2005, p.18, grifo nosso). Esta analogia cria uma crise de representação ao associar comportamentos humanos responsáveis pela intervenção das máquinas modernas nos espaços naturais e a correlação de fatores climáticos e geofísicos antigos. Mas em seguida, o narrador legitima a história do passado geográfico amazônico, também por meio de um verbo no pretérito imperfeito: “No período cambriano **devia** ser assim: trinta milhas de pântanos e terrenos alagadiços” (SOUZA, 2005, p.18, grifo nosso). Ao confrontarmos os dois discursos, percebemos que no primeiro, o passado pré-histórico de milênios é visto sob a perspectiva do homem moderno, e no segundo, o narrador especula características geofísicas cambrianas de mais de 500 milhões de anos atrás sem a presença humana, ou seja, vê os ecossistemas a partir

do ponto de vista deles. Essa disparidade institui um arremedo acerca das intervenções ideológicas antropogênicas nos relatos sobre a história antiga e moderna da natureza.

O narrador segue apontando a interferência da modernidade por meio de verbos no pretérito imperfeito. O objetivo em Rondônia “**era** atravessar os pantanais do rio Abunã com uma ferrovia, o que não parecia difícil” (SOUZA, 2005, p.19, grifo nosso). Legítima a resistência humana aos desafios geofísicos, também apontada nas ações destrutivas: “Os chineses **trabalhavam** no desmatamento, iam avançando pela floresta. Os alemães **cuidavam** do serviço de destocamento e da terraplanagem. Os barbadianos **estavam** no serviço de colocação do leito ferroviário” (SOUZA, 2005, p.20, grifos nossos). Se por um lado, o narrador insinua que a floresta amazônica já não tem tantas milhas de pântanos da era pré-histórica humana sem causa aparente, por outro lado, denuncia os motivos da destruição, delimitando tempos distintos dos espaços naturais onde havia ou não a presença humana. Ao relatar caso de desmatamento, ele denuncia a interferência no passado, presente e futuro do macroecossistema. Os discursos não expressam o barulho das máquinas, corroborando com a ideia de violência silenciosa (quem a ouve dentro e fora da floresta senão os trabalhadores?), além de lenta, no Antropoceno.

Continua deslocando o homem moderno para uma era cujas características antigas da fauna e da flora são estendidas até o presente com a finalidade de ser representada como um cenário ao qual é difícil adaptar-se. “Na fímbria da floresta, grandes árvores cretáceas, insetos silurianos, borboletas oligogênicas, formigas pliocênicas, **juntavam-se**. A vida fervilhava de maneira promíscua e os homens **enlouqueciam** naquele cenário cenozóico [sic]” (SOUZA, 2005, p.21, grifos nossos). Enquanto a flora e a fauna preservam características de espaços sem a presença humana, os personagens são inadaptáveis ao passado antigo e ao presente ainda com marcas dos períodos cretáceo (há mais de 60 milhões de anos atrás) da era mesozoica, siluriano (mais de 400 milhões de anos) da era paleozoica, oligoceno (há mais de 20 milhões de anos) e plioceno (mais de 2 milhões de anos) da era cenozoica. O uso dos verbos no pretérito imperfeito segue forjando as manifestações naturais e as ações dos personagens num passado muito remoto de modo a dimensionar o tratamento do poder destrutivo nas páginas e nos capítulos seguintes do livro. As distintas temporalidades se coadunam, mas o homem age sob uma violência silenciosa para destruir aquilo que incomoda sem fazer alarde: “Eram quarenta homens desfazendo uma encosta de barro amarelo, alargando o canal de lama por onde diáfanas jacintas voavam em rasante” (SOUZA, 2005, p.32). A floresta é demarcada a partir dos obstáculos às ações humanas, perdendo milhões de

anos de formação de biomassa em semanas e meses de construção ferroviária. O tempo moderno desconsidera o tempo da natureza e a libélula presencia a morte de seu habitat natural. O romance através de tempo verbal cuja duração é forjada até o passado recente das ações literárias, confronta essas duas temporalidades ao deslocar a descrição da floresta entre o passado pré-histórico e a primeira metade do século XX.

O narrador segue relatando a inaptidão ao espaço natural: “A lama revolvida **exalava** um fedor penetrante de pântano e água estagnada” (SOUZA, 2005, p.38, grifo nosso). O projeto moderno de construção da ferrovia, estridente na selva e silencioso nas representações literárias do romance, desconhece o valor da biomassa na formação e conservação de formas de vida no ecossistema amazônico. O narrador, ao contrário dos personagens, aponta indícios desta biomassa. Segundo ele, “O chão da floresta **era** molhado e fofo, **parecia** um grosso tapete que **ondulava** sob os pés que doíam” (SOUZA, 2005, p.50, grifos nossos), “fofo tapete de folhas que a umidade não **deixava** nunca secar inteiramente” (SOUZA, 2005, p.51, grifo nosso). O meio ambiente leva anos, décadas e séculos para formar esse composto de resíduos vegetais e minerais sobre o solo importante ao ecossistema, não o faz de “tapete” aos pés humanos cansados e nem para prejudicá-los. Contudo, a narrativa sugere a incompreensão dos personagens em relação à geofísica dinâmica porque estão guiados pela engenharia da via férrea. Um dos personagens subordinados anuncia que pegaram

os piores momentos, trinta milhas de pântano. Os homens com as canelas atoladas na água, uma água que parece tinta amarela. Você sabe que eu não sou homem de frescuras, mas esta água é repulsiva, parece um vômito. Não se pode passar o dia todo atolado nesse vômito da natureza sem que os miolos comecem a amolecer (SOUZA, 2005, p.41).

O discurso insinua a única resistência às dificuldades de interferir e modificar o ecossistema: o exercício antropocêntrico de transferir comportamentos à natureza (a água parece um vômito) para forjadamente subjugar-la. Este artefato de sentidos antropogênicos é desencoberto pelo próprio narrador para quem a tentativa da construção da Madeira-Mamoré “já havia derrotado outros empreiteiros desde os tempos da monarquia” (SOUZA, 2005, p.70). Desta maneira, a Amazônia abriga pântanos, pantanais, terrenos alagadiços, resíduos vegetais e minerais, áreas desmatadas e sobras de trilhos férreos, recursos naturais e violência humana de temporalidades diversas.

A narração relata a contrapartida da geofísica da flora e do solo às tentativas de avanço da ferrovia:

a selva **tornava-se** densa; cipós **enroscavam-se** de uma árvore para outra e **recusavam-se** a serem cortados porque eram duros como o ferro, luxuriantes tufos de flores **tombavam** do copado das palmeiras gigantes e **insultavam** com sua beleza os angustiadores fugitivos [...] a umidade **rachava** os troncos podres e o som dos vegetais na agonia da morte **formava** ecos rascantes aos passos dos homens que **procuravam** marcar uma trajetória sobre a densa e milenar camada de húmus podre e molhado (SOUZA, 2005, p.243, grifos nossos).

O relato não narra os fenômenos naturais a partir da perspectiva da floresta, optando por representações antropocêntricas dos sons da flora: “luxuriantes tufos de flores [...] insultavam com sua beleza os angustiadores fugitivos”, “o som dos vegetais na agonia da morte formava ecos rascantes”. A flora emite sonoridades não atribuídas às ações humanas destrutivas mantidas sob violência lenta e silenciosa. O húmus que é prova de renovação das propriedades físicas, químicas e orgânicas do solo é considerado “podre”. Apesar desta mediação problemática dos mecanismos naturais de defesa do ecossistema, ele parece provocar um arremedo na narrativa a respeito de sua perspectiva: “a selva não **deixava** que penetrassem nela facilmente, **resistia**, **interpunha** obstáculos floridos e rendados que os golpes de machado ou terçado não **causavam** nenhuma espécie de dano” (SOUZA, 2005, p.244, grifos nossos). Tanto a mediação antropogênica quanto a ecocrítica do ponto de vista da floresta são manifestas através de verbos no pretérito imperfeito, indicando o contraste entre as compreensões remotas viciadas ou livres de ideologia dirigidas à natureza no Antropoceno.

Outro discurso endossa o conflito entre o homem e os espaços naturais: “os homens **rompiam** a traiçoeira simetria vegetal que séculos de violenta umidade multiplicara as espécies quase ao infinito” (SOUZA, 2005, p.245, grifo nosso). Ele insinua que mesmo os personagens destruindo parcela da Amazônia, ela sobrevive de certa forma pela proliferação da vida vegetal e animal tratada como violenta. Nuvens de insetos invadiam túnel criado pelos trabalhadores da via férrea (SOUZA, 2005, p.245), urtigas e capim-serra permaneciam crescendo ao lado de uma velha locomotiva abandonada por um projeto ferroviário anterior (SOUZA, 2005, p.336), uma cidade construída para moradia dos trabalhadores da extração de borracha foi abandonada e era tomada pelas gramas altas (SOUZA, 2005, p.378).

A narrativa avança à medida que começa a enumerar os efeitos da destruição ecológica nos personagens – “a chuva **era** forte, mas a barreira de folhas só **permitia** que atravessasse uma pequena porção de chuva, mas o suficiente para ensopar Finnegan e começar a inundar o barril, misturando-se numa espécie de sopa imunda” (SOUZA, 2005, p.271, grifos nossos) – até denunciar que a Madeira-Mamoré “não **levava** absolutamente a nenhum lugar” (SOUZA,

2005, p.341, grifo nosso). Mesmo tentando superar os desafios geográficos e aumentar os lucros econômicos, a via férrea seria “um crime contra a natureza” (SOUZA, 2005, p.416). Estes relatos desafogam o romance exclusivamente do atrito entre a resistência ambiental e o apelo econômico e são seguidos pela constatação do político, intelectual e jornalista nacionalista Alberto Torres. Na época das tentativas da engenharia férrea na floresta amazônica, ele assumiu uma posição contrária ao projeto: as mortes na construção da ferrovia não eram devido à “agressividade do meio ambiente amazônico”, mas à “cruel organização de trabalho” e suas condições desumanas (SOUZA, 2005, p.382). A predisposição à competitividade entre brasileiros e estrangeiros com funções hierárquicas distintas e as condições de exploração de mão de obra acompanhadas de má assistência de saúde e higiene pessoal e coletiva provocaram uma crise social paralela e convergente à crise ambiental. A persistência no uso dos verbos no pretérito imperfeito indica que o Antropoceno é a era da devastação e das resistências, mas também dos consequentes e progressivos prejuízos à vida individual e coletiva. A ação humana é culpada pela catástrofe generalizada na Madeira-Mamoré.

Em seguida, o relato tenta restituir a força dos fenômenos naturais: “o calor evaporando a umidade como no período devoniano” (SOUZA, 2005, p.445-446), mais de 300 milhões de anos atrás na era paleozoica, e as formigas vermelhas dão ferroadas (SOUZA, 2005, p.451). E conclui assim, a narrativa após apresentar o panorama da crise ecológica e social instalada na tentativa de construção da Mad Maria: “só os bobos podiam se importar com alguma coisa além da arte de ficar vivo” (SOUZA, 2005, p.461). Este discurso emblemático aparece após a informação que a ferrovia foi desativada definitivamente e vendida como sucata em 1966, indicando o fracasso generalizado dos projetos econômico, ambiental e social mobilizado por experiências de morte e destruição. Os interesses comerciais e financeiros a serem engendrados no futuro pela Madeira-Mamoré motivaram ainda mais os empresários e trabalhadores do que as ideias de conforto e bem estar do homem nos espaços preservados.

A narrativa **Mad Maria** pode ser considerada uma literatura de danos ambientais e, neste sentido, apresenta aspectos legítimos e problemáticos. Ela tem a importância da denúncia de problemas ecológicos (desmatamentos, aterramentos, desabamentos de barrancos, emissão de gases) provocados por um fato real no início do século XX. Demonstra também, o meio ambiente resistente a ações e tentativas de destruição, no entanto, há no romance mais fatos literários de desequilíbrios e danos, os quais superam os fenômenos de

proteção natural da floresta e as manifestações de mobilização pelo fim do projeto Madeira-Mamoré. Outro problema é que as perspectivas de um futuro melhor se perdem no avolumado propósito de entender o panorama de espaços abarrotados de obstáculos contra os avanços humanos, precarizado pela violência atribuída exclusivamente à natureza. Conforme aponta Greg Garrard (2006, p.29), a denúncia de problemas advindos de crises ecológicas pode apenar as soluções. A literatura avança nos seus propósitos ao representar esteticamente também as soluções em favor dos ecossistemas terrestres, a redução, e principalmente, a extinção de danos ecológicos de causas humanas.

São referenciados no romance eras e períodos antigos de formação da flora, da fauna e do repleto terrestre (cambriano, cenozoico, devoniano, cretáceo, siluriano, oligoceno, plioceno), mas toda ação do enredo se passa no capitalismo tardio brasileiro, no qual o acúmulo de capital justifica tentativas de meios de circulação de produtos no ambiente amazônico, inclusive previsíveis de fracassos. Primeiro, esse contraste de contextos e épocas sugere a resistência da conservação das espécies. Segundo, distingue o tempo da natureza do tempo do homem na natureza. Por último, denuncia que os personagens interferem na formação geofísica de milhões de anos daí a referência a essas eras e a esses períodos em meio ao relato da devastação e do projeto comercial falido. O ângulo narrativo foca na destruição e no abandono de uma Amazônia sob interferência do capital econômico, porém evita apontar ações de restauração e conservação. O narrador tem o panorama do que o ecocrítico Rob Nixon (2013, p.2) nomeia de “violência lenta” dispersa no tempo e no espaço. Há relatos em **Mad Maria** de formação da biomassa e de húmus no solo da região, mas também são retratados esteticamente a violência lenta e silenciosa de barrancos e pântanos sendo destruídos. Uma cidade tomada pela grama ao ser abandonada pelos moradores desempregados com o fim da economia da borracha, fenômeno de restituição pela floresta de um espaço destruído e abandonado, já se constitui numa interferência também no seu tempo natural. Deste modo, uma leitura ecocrítica do romance foi necessária para confrontar a formação lenta do ecossistema amazônico em eras, com a dominação humana lenta e silenciosa na curta temporalidade da modernidade do século XX. A narrativa legitima o contexto da Amazônia como de interesse quase exclusivamente econômico e de ocupação social, em detrimento da conservação ecológica. Faltou a ela enumerar outras perspectivas que, mesmo no Antropoceno, defendem projetos diferentes dos arregimentados pelo capital, portanto, atreladas a outras temporalidades.

A crise social é representada forjadamente durante quase todo o enredo resultante de conflitos entre patrões e empregados, e dos trabalhadores entre si. Inclusive a declaração do intelectual nacionalista Alberto Torres reproduzida na narrativa sinaliza isto. Os discursos dos personagens insinuam que o espaço amazônico desgasta e enlouquece seus aventureiros, desbravadores e exploradores. Todavia, o discurso final do narrador “só os bobos podiam se importar com alguma coisa além da arte de ficar vivo”, emitido após uma chacina, aprofunda a problemática ao nível de uma crise generalizada: ambiental, econômica, política e social. Edgar Morin trata isto como uma policrise, contra a qual a solução é transversalizar as crises advindas de várias frentes: “Devemos pensar em termos planetários, a política, a economia, a demografia, a ecologia [...] buscar sempre a relação de inseparabilidade e de inter-retroação entre todo fenômeno e seu contexto” (MORIN, 2003, p. 159).

As impressões levantadas pelos sentidos emblemáticos do final do romance são de que o apelo econômico e a morte da natureza provocam a destruição do próprio homem. Embora resista, por um lado, em favor da conservação da sua formação geofísica de milhões de anos, séculos e décadas, por outro lado, a floresta amazônica sofre muitas perdas na construção da ferrovia. Após esbarrar no acúmulo de tentativas de destruir árvores, barrancos, pântanos e terrenos alagadiços, e sofrer com os fenômenos naturais da região (chuvas torrenciais, mosquitos), os personagens parecem abandonar o projeto de engenharia férrea devido aos conflitos sociais. Consequentemente, se não adentrassem num propósito de difícil empreendimento incluída a destruição de um ecossistema de complexa geofísica, provavelmente não enfrentassem as doenças e as mortes.

Todos esses problemas ambientais e sociais sobrepostos pela narrativa convergem à denúncia acerca do tempo da natureza e do tempo do homem nos espaços naturais. Quando ele interfere num ecossistema, no meio ambiente e sua formação geofísica histórica, está provocando uma crise na sua própria história, da sua espécie, dos ascendentes e descendentes que dependeram e dependem dos subsequentes períodos e eras. Constitui-se assim, nos termos de Edgar Morin, uma crise do passado, do presente e do futuro atrelada às crises da antroposfera e da biosfera (MORIN, 2003, p.94). A devastação de uma área da Amazônia representada pela narrativa **Mad Maria** aponta a morte lenta e silenciosa do próprio homem, de sua história e de seu destino. Os ecossistemas, por conseguinte passam a abrigar de modo coexiste tempos de formação, destruição e regeneração. Daí o papel da ecocrítica conforme destaca Greg Garrard (2006, p.29), ao sinalizar uma necessidade moral e política de denúncia

e provocar o pensamento em favor das soluções. Que outras narrativas possam construir uma estética de um tempo não violento para o homem e a natureza amazônica.

Referências

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

FEARNSIDE, Philip M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GRANDIM, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUGGAN, Graham; TIFFIN, Hellen. **Postcolonial ecocriticism: literature, animals, environment**. London: Routledge, 2010.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORIN, Edgar. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NIXON, Rob. **Slow violence and the environmentalism of the poor**. Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa** (vols. 1, 2 e 3). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.